Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

História e Relações Internacionais: Entre Encontros, Desencontros e a Construção do Diálogo

History and International Relations: Between Encounters, Misencounters, and the Construction of Dialogue

Daniel Rei Coronato[*]
Fernando Comiran[**]
Gabriel Passetti[***]

Resumo: Este ensaio examina a relação entre História e Relações Internacionais (RI), abordando os desafios e oportunidades teóricas e metodológicas que surgem dessa interação. A análise considera o uso da História nas RI, explorando o impacto de instituições que influenciam a produção historiográfica e a formulação de agendas. O texto discute as aproximações e distanciamentos históricos entre as duas áreas, destacando o potencial dessas conexões para enriquecer a compreensão da dinâmica internacional. Além disso, o ensaio reflete sobre novas abordagens e perspectivas, perpassando as múltiplas possibilidades de aproximação entre os dois campos.
Palavras-chave: História; Relações Internacionais; Novas Abordagens

Abstract: This essay examines the relations between History and International Relations (IR), addressing the theoretical and methodological challenges and opportunities that arise from this interaction. The analysis considers the use of History in IR, exploring the impact of institutions that influence historiographical

[*] Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP) em 2017. Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande e pesquisador do LAHPIS – Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF). E-mail: daniel_coronato@hotmail.com.
[**] Professor de História da Política Externa Brasileira na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em História Ibero-Americana pela PUCRS (2018) com estágio doutoral junto ao Departamento de História Contemporânea da Universidade Complutense de Madrid. Pesquisador do LAHPIS – Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF). E-mail: fernandocomiran@gmail.com
[***] Doutor em História Social pela USP. Professor de História das Relações Internacionais na UFF. Coordenador do LAHPIS – Laboratório de História da Política Internacional Sul-americana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq nível 2. Coordenador do projeto "Conexões sul-americanas: diplomacia, intelectualidade e economia no longo século XIX", financiado pelo edital Universal do CNPq. E-mail: gabrielpassetti@id.uff.br

production and agenda-setting. The text discusses the historical rapprochements and divergences between the two fields, highlighting the potential of these connections to enrich the understanding of international dynamics. Additionally, the essay reflects on new approaches and perspectives, encompassing the multiple possibilities for rapprochement between the two fields.

Keywords: History; International Relations; New Approaches

Introdução

Os campos das Relações Internacionais (RI) e da História compartilham uma trajetória de aproximações e distanciamentos, encontros e desencontros. Ao longo das décadas, a influência da História sobre as teorias de RI foi significativa, mas esta relação também foi marcada por períodos de marginalização, especialmente com a ascensão das abordagens behavioristas e quantitativas. Apesar dessas tensões, a História permanece central para muitos teóricos das RI, sendo uma disciplina essencial para compreender as dinâmicas globais. Ao mesmo tempo, o recurso às teorias de RI pelos historiadores foi inconstante ao longo do tempo e mesmo as análises sobre história das relações internacionais estiveram fora das atenções durante décadas.

Este ensaio explora a integração entre as áreas de História e Relações Internacionais, abordando as tensões teóricas e metodológicas que surgiram ao longo do tempo, procura oferecer uma análise mais detalhada das contribuições que a História pode proporcionar para as RI contemporâneas e como análises sobre a história das relações internacionais e da política externa tem se ampliado e incorporado novas fontes e metodologias.

História e RI são, hoje em dia, áreas do conhecimento próximas, mas distintas. Suas origens comuns remontam, de forma mais institucionalizada, aos séculos XVIII e XIX, quando a chamada revolução científica estabeleceu as divisões entre as especialidades. Uma delas, a da História, acabou tendo profunda conexão com os movimentos de construção discursiva dos Estados e, consequentemente, dos nacionalismos, sendo um de seus focos privilegiados a narrativa sobre o poder, os estadistas e as relações com os países vizinhos. Nesses textos, o reforço sistemático de especificidades ditas nacionais esteve carregada de anacronismos em um esforço de diferenciação muitas vezes focado nos conflitos com os povos vizinhos.

Deste esforço historiográfico nacionalista do século XIX, surgiu o que se costumou chamar de 'História Diplomática'. Este tipo de escrita esteve focado em documentos oficiais das chancelarias para narrar 'vitórias' e 'derrotas' dos Estados no campo internacional, em especial guerras e ajustes de fronteiras, reivindicando atuações 'exemplares' e 'modelos de cidadãos', destacando 'injustiças' e 'conquistas'. É sabido que muitos livros oriundos dessa época e dessa leitura da história foram fundamentais no reforço dos nacionalismos e da xenofobia nas últimas décadas daquele século e nas iniciais do seguinte, sendo parte relevante da construção dos ódios e das rivalidades que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

O fim deste conflito é tido, por uma história oficial de Relações Internacionais, como o momento de surgimento da área a partir da criação da cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional na Universidade de Gales, em 1919. Aquele teria sido o momento em que a área se separou, buscou seu lugar específico, estabeleceu seus primeiros debates e procurou cientificidade, vinculando-se à Ciência Política e se afastando da História. Já as principais pesquisas neste outro campo, acabaram por se distanciar daquela história política tradicional e das relações internacionais, rumando para os campos da História Social e da História Econômica, em especial na França a partir da Escola dos *Annales*.

Essa separação artificial entre as áreas, marcou muito do que foi produzido ao longo do século XX. No entanto, entendemos que as conexões entre História e RI são centrais para compreender as dinâmicas globais atuais e do passado. Autores como George Lawson (2010) e John Hobson (2002) defendem a importância dessa reaproximação e como a incorporação da História às teorias de RI não só amplia as análises dos fenômenos internacionais, como também corrige equívocos temporais comuns em abordagens tradicionais.

A reaproximação entre a História e as RI tem permitido novas abordagens, desafiando as perspectivas que ignoram os aspectos históricos do campo de RI e também as historiografias nacionalistas ou circunscritas aos espaços nacionais. Ao adotar uma visão crítica e interdisciplinar, os estudiosos podem explorar com maior profundidade as estruturas que moldam as relações internacionais.

O ponto central deste ensaio é que a História não deve ser vista apenas como uma ferramenta auxiliar, mas como uma disciplina fundamental para a construção das teorias e análises das Relações Internacionais. Ao mesmo tempo, a introdução do

conhecimento das RI pode proporcionar novas ferramentas e olhares para os estudos históricos, dialogando com a intensa renovação historiográfica das últimas décadas. Desta forma, entendemos que o diálogo entre as duas disciplinas ajuda a construir um entendimento mais sistêmico e estrutural dos fenômenos globais. O contínuo diálogo entre História e RI é necessário para ambas as áreas enfrentarem os desafios do presente e do futuro.

Convergências e Tensões

A integração entre História e Relações Internacionais não tem sido fácil. Uma das maiores tensões entre História e RI reside na maneira como a História é frequentemente utilizada nos estudos de RI. George Lawson (2010) observa que a História tem sido sistematicamente utilizada de forma instrumental, ou seja, apenas como um recurso empírico para confirmar teorias preexistentes. Essa abordagem ignora o valor da História como uma ferramenta analítica capaz de oferecer novas perspectivas sobre as dinâmicas internacionais.

John M. Hobson (2002, p. 9) argumenta que muitos estudos contemporâneos em RI exibem uma forma de "*historofobia*", ou seja, tratam a análise histórica como algo irrelevante para os debates centrais da disciplina, evitando o seu uso. O autor introduz então os conceitos de "cronofetichismo" e "tempocentrismo" para descrever essas falhas. O "cronofetichismo" refere-se à ideia de que o presente poderia ser compreendido de forma independente, sem a necessidade de entender os processos históricos que o moldaram. Já o "tempocentrismo" se refere à projeção das características do presente no passado, distorcendo as transformações históricas e seus impactos para as RI.

Essas características são especialmente visíveis nas abordagens neorrealistas, como a de Kenneth Waltz (2002), que pressupõem a imutabilidade da anarquia no sistema internacional, negligenciando as mudanças históricas e contextos específicos de cada época. Essa visão dominou grande parte do século XX e só começou a ser desafiada com o fim da Guerra Fria. A transição para um mundo cada vez mais multipolar, com a crescente interdependência econômica e o surgimento de potências globais como China e Índia, exigiu uma reavaliação das teorias tradicionais de RI. Nesse contexto, a História tornou-se essencial para entender essas novas dinâmicas, em especial a partir das proposições que superam as fronteiras estatais, os discursos

nacionais e seus tipos ideais, como as das Histórias Cruzadas, Transnacional e Global. No entanto, o diálogo com as RI ainda enfrenta muitas dificuldades.

George Lawson (2010) observa que a globalização trouxe novas discussões sobre temporalidade e espacialidade, desafiando as visões tradicionais de um sistema internacional estático. Essa nova conjuntura também revelou a necessidade de uma análise mais inclusiva das dinâmicas globais, considerando não apenas as potências ocidentais, mas também o papel dos Estados periféricos, redes transnacionais e organizações internacionais. A integração entre História e RI, nesse sentido, surge como uma ferramenta importante para compreender as mudanças estruturais que moldam o sistema internacional no século XXI.

Essas mudanças abalaram decisivamente os alicerces teóricos que sustentaram as RI até então. Correntes como o (reo)realismo foram amplamente criticadas por não conseguirem fornecer explicações adequadas para as novas transformações. No vácuo teórico resultante, surgiram abordagens alternativas, como o construtivismo, a teoria crítica, os feminismos, abordagens pós-coloniais e decoloniais, os novos estudos de segurança internacional, entre outros. Muitos estudiosos, particularmente aqueles focados em mudanças de longo prazo, recorreram à História como uma ferramenta crucial para suas análises (HOBDEN, 2002, p. 1-6).

A incapacidade das abordagens mais estabelecidas de compreender ou prever o fim da ordem internacional existente contribuiu para a consolidação de abordagens antes marginalizadas. Como resultado, o campo das Relações Internacionais foi expandido por uma nova diversidade ontológica, epistemológica e metodológica que passou a questionar sua própria natureza e agenda. A inclusão de novas perspectivas permitiu que diferentes abordagens ganhassem relevância e redefinissem o próprio estudo das RI. A partir daquele momento, resultado das mudanças político-sociais e internacionais, o campo das Relações Internacionais se tornou mais receptivo a inovações teóricas, desafiando as fronteiras estabelecidas e expandindo os horizontes epistemológicos estabelecidos na primeira metade do século XX.

Até então, abordagens teóricas fora do *mainstream* eram frequentemente marginalizadas, buscando refúgio em disciplinas como Antropologia, Sociologia, Economia e Estudos Culturais e História. Abordagens alternativas, que não seguiam os modelos tradicionais, enfrentavam resistência dentro das redes acadêmicas e dos sistemas de financiamento, o que as levou a desenvolver interpretações diferenciadas

dos fenômenos internacionais em espaços mais periféricos (WAEVER, 1996). Com o enfraquecimento das teorias dominantes, emergiram debates ontológicos e epistemológicos que antes eram pouco explorados dentro das RI.

Nesse contexto surgem as chamadas 'viradas' (*turns*), como a 'virada linguística', a 'virada sociológica' e a 'virada histórica', que moldam o debate contemporâneo nas RI e dialogam com ampliações, transformações e novos campos das demais áreas das Ciências Humanas, inclusive a História. A chamada 'virada histórica' em especial, trouxe uma nova dimensão ao campo, ao recuperar a importância do tempo para a compreensão das relações internacionais. Diferente das abordagens positivistas, que dominavam o campo até então, a 'virada histórica' questionava as narrativas lineares e explicações atemporais, destacando o papel do contexto histórico e da contingência nos eventos internacionais. Essa perspectiva ampliou o escopo das RI, permitindo que a análise histórica fosse reconhecida como essencial para a formulação de teorias sobre o sistema internacional e as relações de poder (FIORETOS, 2011; MCCOURT, 2012).

Esse contexto de crise levou a uma reorganização significativa do campo e a uma valorização renovada do papel da 'História nas Relações Internacionais' (HRI). Diversas perspectivas e metodologias passaram a ganhar espaço, permitindo que o diálogo entre História e RI se tornasse mais relevante, promovendo análises mais sofisticadas e integradas. Ao incorporar a História em suas análises, os teóricos das RI podem mapear as continuidades e rupturas que caracterizam o sistema internacional contemporâneo.

Entretanto, este diálogo entre História e RI enfrenta desafios epistemológicos consideráveis, especialmente no que diz respeito à definição conceitual do campo. A falta de estudos teóricos aprofundados sobre a 'História das Relações Internacionais' e os estudos de Política Externa, que geralmente se concentram em objetos e recortes históricos específicos, contribui para a dificuldade em delimitar o objeto de estudo em termos de tempo e espaço, refletindo as tensões inerentes à tentativa de conciliar essas duas disciplinas.

Inicialmente, o campo das RI distanciou-se da História para desenvolver suas próprias especificidades e paradigmas, com uma abordagem generalizante. Era uma estratégia entendida como necessária para a mais 'nova' ciência das humanidades encontrar seu espaço, mas também buscar definir um marco epistemológico próprio.

Assim, os pioneiros teóricos, como o realista Hans Morgenthau (2002), descreveram o sistema internacional como inerentemente anárquico, guiado por um equilíbrio de poder entre os Estados. Para eles, o conhecimento histórico servia apenas como uma ferramenta ilustrativa para corroborar hipóteses previamente formuladas.

Apesar disso, nem todos os estudiosos das RI aderiram a essa visão. Uma divisão surgiu no campo entre aqueles que seguiram uma abordagem científica e racionalista, focada em axiomas generalizantes, e aqueles que adotavam uma perspectiva não utilitarista, preocupada com fenômenos mais abrangentes. Neste contexto, o uso da História voltou a ganhar destaque, com teóricos revisitando o passado para validar ou criticar as teorias dominantes de equilíbrio de poder, especialmente na academia europeia.

Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (1967), expoentes da Escola Francesa, defendiam que o conhecimento histórico deveria ser a base de qualquer análise nas RI. Influenciados pela contemporânea Escola dos *Annales*, eles mantinham o Estado como ator central, mas ampliaram o escopo da investigação ao incorporar fatores geopolíticos, econômicos, culturais e ideológicos, que também influenciam as ações internacionais. Essa abordagem rompia com a perspectiva clássica centrada no Estado e na diplomacia, permitindo que as RI fossem analisadas a partir de múltiplas dimensões, além das fronteiras nacionais ou das figuras dos grandes líderes.

Embora não estivessem vinculados diretamente a uma análise crítica marxista, essa abordagem abria espaço para o estudo de forças produtivas e ideológicas, expandindo o escopo inicial do campo. A mudança de perspectiva também demandou o uso de novas fontes, além dos arquivos diplomáticos e documentos estatais, estabelecendo as bases para uma nova sub área, de 'História das Relações Internacionais', naquele momento buscando se distanciar da 'velha' 'História Diplomática', suas fontes e usos.

O conceito de 'forças profundas', introduzido por Renouvin, buscava sintetizar as interações entre causas e consequências que influenciavam os tomadores de decisão nas relações internacionais. Para Duroselle, a separação entre estrutura e superestrutura não refletia a realidade e ele argumentava que essas forças estavam interligadas de maneira complexa (DUROSSELLE, 1998, p. 42). Segundo essa

abordagem, as 'forças profundas' moldam as ações dos Estados, incluindo fatores geográficos, econômicos, culturais e ideológicos.

Outra escola de RI que destacava a relevância do estudo histórico foi a Escola Inglesa, com pensadores como Adam Watson, Hedley Bull e Martin Wight. Esses autores embasaram suas teorias em análises detalhadas do passado, utilizando a História como base para suas proposições teóricas. Wight, por exemplo, usava o passado para explicar o sistema moderno de Estados, argumentando que as regras da política internacional só poderiam ser compreendidas por meio de uma análise histórica rigorosa (WIGHT, 2002, p. 206).

Em *A evolução da Sociedade Internacional* (2004), Adam Watson desenvolveu uma teoria sobre o funcionamento do sistema internacional com base em uma análise histórica comparativa, mostrando como o poder se alternava entre centralização e descentralização ao longo dos séculos. Sua abordagem ampliou o foco tradicional do campo, permitindo a inclusão de atores diversos e superando as limitações temporais do estudo centrado exclusivamente na Paz de Vestfália e nos Estados nacionais.

Ambas as abordagens tiveram papel crucial ao evidenciar que a política externa e internacional iria além da ação dos seus governantes e das relações diplomáticas tradicionais. Elas trouxeram relevância ao estudo de atores não estatais, redes transnacionais e da opinião pública, ou seja, elementos fundamentais para a formulação de políticas externas. Além disso, essas perspectivas incentivaram a ampliação das fontes documentais utilizadas por pesquisadores, enriquecendo a análise histórica e oferecendo novas perspectivas sobre eventos internacionais.

Apesar dessas contribuições, tanto a Escola Inglesa quanto a Francesa enfrentaram críticas por utilizarem conceitos como Estado, diplomacia e poder de maneira estática e anacrônica. Esses conceitos seriam moldados por contextos históricos e socioeconômicos específicos europeus e do mundo atlântico, limitando o potencial analítico das Relações Internacionais. Segundo Owens (2015, p. 12), ao negligenciar outros processos históricos, perde-se a oportunidade de explorar o valor que a História pode agregar ao campo das RI.

É interessante notar como ocorreu um desenvolvimento paralelo dos estudos sobre 'História das Relações Internacionais' no Brasil, em diálogo e conexão com o que era produzido no chamado Norte Global, mas também com temas e agendas

próprias. Assim, aqui como lá, o ensino e a pesquisa em História se distanciaram dos temas da História Diplomática, mas, ao mesmo tempo e diferentemente de lá, não havia, até 1974, uma formação universitária em Relações Internacionais.

Os debates sobre história das relações internacionais no Brasil ocorreram praticamente em torno dos diplomatas e dos professores do curso de formação do Itamaraty, o Instituto Rio Branco, estabelecido em 1945. Nesta conjuntura, foram sendo constituídas algumas linhas interpretativas, cânones e especificidades, sendo a principal dela a publicação de livros manuais, originalmente pensados para a formação dos futuros diplomatas, mas que logo extravasaram e alcançaram o pequeno grupo de interessados na História das Relações Internacionais e da Política Externa do Brasil.

Fazem parte deste tipo de produção livros como *A política exterior do Império*, de Pandiá Calógeras (1927), *História das fronteiras do Brasil* (1948) e *História diplomática do Brasil* (1958), de Hélio Vianna, praticamente contemporânea da também *História diplomática do Brasil* (1959), de Carlos Delgado de Carvalho, e da criação da Revista Brasileira de Política Internacional, de 1958. Aqueles livros, como seus próprios títulos indicam, demonstram um esforço didático de construção de interpretações de média e longa duração a partir de recortes estabelecidos no espaço nacional e em fontes tradicionais da diplomacia, preocupados essencialmente na formação profissional dos futuros representantes do Estado brasileiro no exterior.

Esta tradição estabelecida foi mantida nas décadas seguintes, inclusive a partir da constituição do que se passou a chamar de Escola de Brasília, responsável pelo único curso de graduação em Relações Internacionais no Brasil por duas décadas, na UnB, fruto também da proximidade entre seus docentes e discentes dos docentes e discentes do Instituto Rio Branco. A nova historiografia produzida na nova capital ampliou suas fontes, abarcando por exemplo imprensa e debates parlamentares, procurou romper com a história narrativa, mas manteve o foco na elaboração de textos-síntese, manuais de média e longa duração, como o *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002) e *História das Relações Internacionais do Brasil*, de Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal (2014).

A estes livros, aproximam-se também as produções de outro tipo de interessado e especialista em história das relações internacionais e da política externa brasileira: o diplomata historiador. Synesio Sampaio Goes Filho, com *Navegantes, bandeirantes, diplomatas* (1999) e Rubens Ricupero, com *A diplomacia na construção do Brasil* (2017) são alguns dos exemplos dos homens vinculados à longa tradição interpretativa do Itamaraty, sustentada tanto por um concurso de seleção extremamente concorrido quanto por um curso de altos estudos para a progressão a embaixador. Tanto a entrada como a progressão demandavam formação intelectual e reflexões, a partir da prática profissional, sobre a diplomacia e as relações internacionais do Brasil.

Ainda nesta tradição, de produção oriunda da própria diplomacia e com um olhar específico para este tipo de atividade, é preciso destacar a centralidade da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), ambos vinculados institucionalmente ao Ministério das Relações Exteriores. O peso do Itamaraty e de seus funcionários na construção e difusão da História Diplomática e das Relações Internacionais no Brasil e no estabelecimento de agendas e interpretações é, portanto, inequívoco. Nestas obras e nessa tradição, a História sempre teve um papel central como eixo interpretativo.

A partir da década de 1990 e, com muito mais força, a partir da grande expansão do sistema universitário federal na década seguinte, houve rápida e intensa ampliação dos cursos de RI e, consequentemente, de pesquisas sobre a História das Relações Internacionais e da Política Externa. A partir de recortes específicos, e sustentados pela criação de Programas de Pós-Graduação, estabeleceram-se novos centros de investigação na área no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraíba, entre outros Estados.

Enquanto a subárea de 'História das Relações Internacionais' se desenvolveu lentamente e escanteada dos grandes debates da área de RI, é possível afirmar que o mesmo ocorreu, também, com relação à grande área de História e dos debates principais da História Econômica e da História Social. Foi somente a partir do surgimento de uma Nova História Política que os temas referentes ao Estado gradativamente foram retornando e o diálogo com a áreas de RI foi se constituindo, com o resgate de pesquisas sobre forças políticas, formuladores e agentes de política externa, grupos de pressão e as relações internacionais. Este diálogo ocorre a partir,

também, da incorporação de novas temáticas e questões à área de RI, proporcionando análises menos engessadas, ahistóricas e estadocêntricas.

Novas Perspectivas e Abordagens

A aproximação entre História e Relações Internacionais se consolidou ao longo das últimas décadas, promovendo uma renovação historiográfica que resultou em novas abordagens, metodologias e fontes. Dessa primeira ampliação, decorreram pesquisas focadas também nas conexões transnacionais e, posteriormente, na escala global. Essa expansão historiográfica não apenas impulsionou, mas também foi impulsionada pelos debates com a área de Relações Internacionais, marcando uma nova fase da História das Relações Internacionais.

Como resultado, consolidou-se um diálogo intenso com as novas historiografias e com outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Antropologia. Essa aproximação se deu, sobretudo, a partir do debate com a renovada área de RI, que trouxe novos objetos e questões, ampliando as possibilidades analíticas e metodológicas.

Embora a aproximação entre História e RI tenha avançado, desafios epistemológicos permaneceram. Como defende Sanjeev Kumar (2023, p. 1-7), os processos históricos seriam complexos demais para serem compreendidos apenas por meio de explicações cronológicas simplistas ou pela transposição de conceitos para diferentes tempos e espaços. Kumar critica as 'grandes teorias' das RI, que priorizam a história das potências ocidentais e negligenciam as raízes coloniais da disciplina. Tal perspectiva eurocêntrica marginaliza as experiências de sociedades pós-coloniais e limita a compreensão do sistema internacional.

Paradoxalmente, essa limitação abriu espaço para uma produção inovadora na América Latina, região frequentemente ausente das principais interpretações internacionais – mesmo naquelas que já incorporaram a China e a Índia às análises. Fora dos grandes esquemas teórico-canônicos, pesquisadores da História das Relações Internacionais e das RI puderam apresentar novos olhares, agendas de pesquisa e metodologias, a partir de problemas e questões locais e regionais.

Esses questionamentos aos recortes, fontes e à ontologia e epistemologia da História e de RI trazidos pela crítica pós-colonial e depois pelas leituras decoloniais, inauguraram intenso debate à subárea de 'História das Relações Internacionais' e

resultaram em uma profunda ampliação de suas questões, metodologias e fontes. Nesta 'Nova História Diplomática', as pesquisas passaram a focar também nos agentes e em suas redes familiares, sociais e políticas (SILVA e PASSETTI, 2022), nas conexões entre as muitas formas de atuação dos mesmos personagens – diplomatas, intelectuais, jornalistas, militares – e seus locais de trabalho e sociabilidade (BIAGGI, 2023). Também passaram a se atentar para a atuação de esposas, filhas e outras mulheres na diplomacia (BRUNO; PITA; ALVARADO, 2021), em como elites locais e provinciais também pautam política externa (CORONATO, 2020) em intenso debate com a produção renovada de RI e com a ampliação historiográfica. No diálogo com a História Econômica, passou-se a também buscar as muitas conexões entre as atuações internacionais e os interesses econômicos e financeiros (MESSIAS, 2024 e MIRANDA, 2023), entre tantos novos campos de pesquisa.

Esse avanço na compreensão do sistema internacional permitiu a multiplicação de objetos e atores. A História das Relações Internacionais ampliou seu escopo temático para além da guerra e da paz, incorporando estudos sobre relações comerciais, direitos humanos, meio ambiente, imigração, segurança, entre outros. Também expandiu a noção de atores internacionais, incluindo opinião pública, grupos de interesse, poder legislativo, burocracias estatais, partidos políticos, entre outros (ROSENAU, 1967). A própria abordagem em relação aos tomadores de decisão (sejam líderes ou burocracias) passou a ser analisada sob novas perspectivas, considerando suas redes de influência, percepções cognitivas e psicológicas.

Dessa forma, o surgimento de pesquisadores revisitando não apenas a história da política externa, mas também os processos de construção do Estado, tem alterado paradigmas nas RI. A incorporação de análises de redes, estudos comparativos e perspectivas decolonais tem reconfigurado o arcabouço conceitual do campo. Isso resultou em uma geração que busca analisar criticamente os fatores que influenciam a atuação internacional, revisitando fontes tradicionais sob novas perspectivas e levando em conta uma diversidade maior de interações e agentes.

No entanto, os desafios permanecem consideráveis. A superação das estruturas intelectuais dominantes, que ainda replicam teorias eurocêntricas e ocidentalizadas, limita a compreensão dos fenômenos internacionais em países fora do eixo central de poder. Além disso, a academia do Sul Global tende a adotar essas mesmas teorias sem

questionar suas limitações contextuais, perpetuando paradigmas que não correspondem à diversidade da realidade internacional.

Ademais, a relação entre História e Relações Internacionais tem enfrentado desafios teóricos e interdisciplinares ao longo do tempo, atravessando questões metodológicas, objetivos acadêmicos e perspectivas teóricas distintas. Ainda assim, a construção de pontes entre essas áreas é essencial, pois a complexidade do mundo social exige uma abordagem histórica que permita selecionar e priorizar fenômenos para uma compreensão mais aprofundada do passado e do presente.

A Sociologia Histórica, desenvolvida por teóricos como Theda Skocpol (1987), Charles Tilly (1992) e Michael Mann (1986), se tornou uma ferramenta essencial para enfrentar essas limitações. Em vez de tratar a História como mera ferramenta de verificação empírica, a Sociologia Histórica integra as estruturas sociais, políticas e econômicas ao contexto histórico, permitindo uma análise mais aprofundada dos fenômenos globais. Skocpol e Tilly, por exemplo, argumentam que eventos como revoluções e guerras são fundamentais para entender as mudanças das instituições estatais e as mudanças nas estruturas de poder internacionais.

A interseção entre História e Sociologia possibilita uma abordagem integrada do estudo do tempo (HOBDEN, 1998, p. 24), em que a Sociologia recorre à História para compreender as dinâmicas espaço-temporais que moldam a sociedade (GIDDENS, 1984, p. viii). A História, por sua vez, dependeria de teorias sociológicas para interpretar seus dados (DEAN, 1994, p. 9). Essa colaboração entre as disciplinas permite que a 'História das RI' se aprofunde em uma análise mais diversificada, indo além do foco em 'grandes potências', do espaço nacional e na narrativa ocidental.

Ademais, a pesquisa sobre as interações entre Estados e sociedades expandiu-se, incorporando não apenas diplomatas e agentes estatais das relações internacionais, mas também conexões estabelecidas por meio de atuações fora das burocracias formais, como a diplomacia cultural. Essa ampliação do escopo analítico envolve um diálogo com diversas vertentes historiográficas, incluindo a História Cultural, das Ideias, dos Intelectuais, Comparada, Conectada, Transnacional, Atlântica e Global. Dessa forma, a diversificação de atores e abordagens reflete a própria expansão do campo das Relações Internacionais e da Análise de Política Externa.

Aqui cabe mencionar o que foi muito bem demarcado nos esforços pela renovação da História Política: a imperativa necessidade de compreender a relação complexa, contraditória e dialética entre a política interna – seus mecanismos, instrumentos e interesses – e a política externa de um Estado (MILZA, 2003). Também, não se pode deixar de mencionar que esse deslocamento de uma 'História Diplomática' para uma 'História das Relações Internacionais' permite um diálogo cada vez mais aproximado com a área das RI. Nesse sentido, as abordagens derivadas da Ciência Política, em especial a Análise de Política Externa, geram pontos de contato teórico-metodológicos entre as Relações Internacionais e a História.

Nesse sentido, a proposta de Gideon Rose (1998) com a abordagem do 'realismo neoclássico' insere-se nesse contexto ao destacar que a política externa não pode ser explicada exclusivamente por fatores sistêmicos, mas deve levar em conta elementos domésticos, como a percepção dos líderes e as dinâmicas institucionais internas. Nesse sentido, a perspectiva da teoria dos jogos de dois níveis, proposta por Robert Putnam (2010), revela-se especialmente útil ao demonstrar como os formuladores de política externa atuam simultaneamente em dois tabuleiros – um doméstico e outro internacional –, buscando equilibrar pressões internas e compromissos externos. Essas formulações evidenciam que a articulação entre política interna e externa não se dá de maneira linear ou unidimensional, mas sim por meio de negociações constantes, concessões estratégicas e interações que muitas vezes redefinem os próprios contornos da ação estatal no cenário internacional. Em ambas as proposições, a historicidade é essencial para a compreensão dos fenômenos e o diálogo com as teorias de fora da História oferece ferramentas analíticas aos historiadores.

Além disso, a Segurança Internacional tem se revelado um dos campos mais promissores para a convergência entre História e RI. A segurança, tradicionalmente estudada como uma questão de defesa estatal e estabilidade sistêmica, não pode ser compreendida sem a devida contextualização histórica. Como argumentam Buzan, Wæver e de Wilde (1998), a segurança não é uma condição objetiva e imutável, mas um processo dinâmico, em que as ameaças não existem de forma isolada, mas são construídas social e politicamente dentro de contextos históricos específicos. O estudo da segurança não poderia assim ser dissociado de um olhar temporal que

permita compreender os processos de transformação das ameaças e das respostas estatais ao longo do tempo.

Dessa forma, a História contribuiria decisivamente para a análise da segurança ao evidenciar que ameaças não são realidades fixas, mas construções políticas e discursivas que refletem interesses específicos. Como destaca Buzan (1991), a segurança deve ser vista em diferentes níveis de análise – individual, estatal e sistêmico –, o que exige uma abordagem que vá além da tradicional dicotomia entre política interna e externa. Essa perspectiva é essencial para as Relações Internacionais, pois permite compreender como os Estados e outros agentes políticos mobilizam discursos e ações para justificar determinadas políticas externas, intervenções militares e reorganizações institucionais. A segurança, nesse sentido, não seria apenas um fator externo que impõe restrições às decisões políticas, mas um elemento historicamente moldado que pode ser instrumentalizado para fins diversos.

Ao mesmo tempo, a análise das dinâmicas de segurança pode oferecer às pesquisas históricas um novo eixo interpretativo para compreender processos de formação estatal, conflitos diplomáticos e reorganizações do poder internacional. Como argumenta Tilly (1992), a relação entre guerra, segurança e construção do Estado foi um dos principais motores da consolidação das burocracias nacionais na Europa moderna, um fenômeno que pode ser analisado também em contextos não-europeus. O estudo da segurança permite assim identificar os mecanismos pelos quais os Estados tentam garantir sua soberania, e também como tais estratégias são constantemente reformuladas em resposta a novas ameaças e mudanças na ordem internacional.

Deve-se ressaltar que a segurança não se limita à dimensão militar. Como apontam Krause e Williams (1997), o conceito de segurança ampliada permite abarcar questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, demonstrando que a segurança é um processo histórico em constante redefinição. Esse debate aproxima ainda mais História e Relações Internacionais, pois evidencia que o que é considerado uma ameaça legítima em determinado período pode perder sua relevância em outro momento. Assim, ao estudar a segurança ao longo do tempo, torna-se possível compreender as continuidades e rupturas na maneira como diferentes sociedades organizam suas estratégias de autopreservação e enfrentamento de riscos. Dessa forma, o estudo da segurança não pode se restringir a

eventos isolados ou a modelos analíticos fixos; é preciso considerar como contextos históricos específicos moldam as decisões políticas e como percepções de risco se alteram conforme mudanças estruturais ocorrem.

Por fim, ao incorporar essas e outras perspectivas ao estudo da História das Relações Internacionais e da Política Externa, torna-se possível construir análises que superam explicações puramente diplomáticas e que, ao mesmo tempo, evitam reducionismos estruturais. A convergência entre os estudos históricos e os modelos teóricos das RI fortalece não apenas os campos, como amplia o escopo metodológico da História ao reconhecer que as decisões políticas são constantemente moldadas por contextos internos e externos em interdependência. Assim, aproximação com as Relações Internacionais permite uma visão mais matizada das dinâmicas de poder, contribuindo para uma leitura mais sofisticada dos processos decisórios na política mundial.

A convergência entre antigas e novas abordagens e epistemologias oferece um potencial significativo para o diálogo entre História e Relações Internacionais, revelando novas oportunidades de avanço em ambos os campos de estudo. Desse modo, a História das Relações Internacionais, enquanto um passo à frente, um avanço em relação à tradicional História Diplomática, se apropria e se abastece dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos das últimas décadas, ampliando o horizonte de compreensão a partir de dinâmicas mais complexas, não reduzidas ao estadocentrismo ou a ação de agentes estatais isolados e estáticos.

História e Relações Internacionais: Por Um Diálogo Necessário

O diálogo e interação entre História e Relações Internacionais, como debatido aqui, tem sido marcada por encontros e desencontros, refletindo tanto as mudanças nos paradigmas acadêmicos quanto as transformações do próprio sistema internacional. Se, por um lado, a História desempenhou um papel central na formação das RI, por outro, a ascensão de abordagens positivistas e quantitativas levou a um afastamento que só recentemente começou a ser revertido. A reaproximação entre os dois campos, impulsionada por novas abordagens, métodos e epistemologias, representa um avanço significativo, permitindo análises mais contextualizadas e menos eurocêntricas das dinâmicas internacionais.

A incorporação de novas abordagens ainda enfrenta resistência, mas são essenciais para repensar as bases teóricas e metodológicas das RI e da 'História das RI'. Como John Hobson (2002, p. 5) argumenta, ignorar a História resulta em uma compreensão limitada do passado e do presente do sistema internacional, tornando essencial abordagens que utilizem o conhecimento histórico para reformular teorias contemporâneas e abrir novas possibilidades de análise.

Ainda assim, desafios persistem. A instrumentalização da História nas RI, por meio de leituras reducionistas, continua a ser um. O risco já mencionado do "cronofetichismo", do "tempocentrismo", e da apropriação anacrônica do passado, reforça a necessidade de um compromisso epistemológico que vá além da mera utilização da história como um repositório de exemplos empíricos. Além disso, a incorporação de novas perspectivas ainda enfrenta resistência, evidenciando a necessidade de um esforço contínuo para ampliar o escopo das análises internacionais.

No entanto, os desafios discutidos neste ensaio não se limitam à necessidade de maior interdisciplinaridade ou ao aprimoramento metodológico. Eles impõem a revisão dos próprios conceitos que estruturam esse campo de estudo. Assim, mais do que categorias analíticas já estabelecidas, a História das Relações Internacionais e a História da Política Externa devem ser encaradas como projetos epistemológicos em construção, que buscam não apenas descrever, mas também reformular as bases conceituais do campo.

Defende-se que a História das Relações Internacionais pode ser compreendida como um campo interdisciplinar dedicado à análise das interações entre unidades políticas ao longo do tempo, incorporando não apenas os Estados, mas também atores não estatais, redes transnacionais e instituições internacionais. Diferente da tradicional História Diplomática, que se concentra essencialmente nos registros e ações estatais, a História das RI busca contextualizar as dinâmicas de poder dentro de processos estruturais, econômicos, sociais e culturais, permitindo uma compreensão mais ampla das transformações do sistema internacional. Essa abordagem não apenas amplia o escopo da pesquisa, mas também rompe com o estadocentrismo, incorporando uma visão mais complexa e relacional das relações internacionais, ao reconhecer novas agências, atores e protagonistas.

A partir dessa perspectiva, a política externa pode ser definida como o estudo dos atos, deliberações e práticas de uma unidade política em relação a seus pares e a outras estruturas externas. Essas ações resultam da metabolização das disputas internas e são condicionadas tanto por determinações sistêmicas quanto pela capacidade de acesso e mobilização de elementos de poder, dentro e fora dos domínios territoriais dessa unidade política. Essa abordagem nos convida a ir além da análise descritiva de documentos diplomáticos, compreendendo a formulação da política externa como um processo dinâmico, permeado por contradições internas, disputas políticas e influências estruturais que operam em múltiplas escalas.

Ao considerar unidades políticas como categorias analíticas mais amplas, a História das RI e a História da Política Externa permitem estudar uma diversidade de atores, fontes e dinâmicas que as abordagens tradicionais negligenciaram. Povos indígenas, organizações regionais, cidades, impérios e até comunidades transnacionais passam a ser compreendidos dentro do escopo das relações internacionais, não apenas como objetos passivos, mas como agentes históricos relevantes. Essa mudança de perspectiva não apenas expande o campo de estudo, mas corrige distorções epistemológicas herdadas da centralidade do Estado moderno e nacional nas ciências sociais.

Além disso, essas novas conceitualizações funcionam como projetos normativos, pois não se limitam a propor uma nova nomenclatura, mas indicam direções metodológicas mais abertas e interdisciplinares. Ao se afastarem de um modelo rígido e limitado a fontes estatais, elas podem dialogar com abordagens quantitativas e qualitativas, com estudos de caso e análises comparativas, com a macro e a micro-história. Ao integrar diferentes possibilidades metodológicas, essas perspectivas não exigem a adesão a uma única escola de pensamento, mas abrem espaço para novas formas de análise, permitindo uma compreensão mais plural da política internacional.

A consolidação dessa perspectiva seria uma resposta aos desafios metodológicos enfrentados pelo campo, e passo fundamental para garantir que a História e as Relações Internacionais se tornem, de fato, disciplinas que capturam a complexidade das interações globais. O reconhecimento da historicidade dos fenômenos internacionais permitiria assim superar visões reducionistas e abre

caminho para análises mais abrangentes e multifacetadas, inclusive na seleção e análise das fontes de pesquisa.

O diálogo entre História e Relações Internacionais, ao integrar fontes, métodos e interpretações variadas, não apenas amplia as possibilidades de investigação e temporalidade, mas também redefine as próprias bases sobre as quais os campos se estruturam. Esse movimento, longe de ser apenas um ajuste acadêmico, é um passo necessário para a construção de disciplinas que pretendam compreender o mundo em suas múltiplas escalas e temporalidades. Somente por meio desse diálogo será possível enxergar, com maior profundidade, as complexas redes de poder, agência e transformação que moldam o ambiente internacional ontem e hoje.

Referências

ABRAMS, Philip. **Historical Sociology.** Cornell University Press, 1982.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** Brasília: EdUnB, 2002.

BIAGGI, Marcus Vinicius C. Park Crescent, Regent's Park, and the Spaces of Brazilian Diplomacy in London, 1822-1829. **Almanack**, v. 34, p. 1-32, 2023.

BRUNO, Paula; PITA, Alexandra; ALVARADO, Marina. **Embajadoras culturales. Mujeres latinoamericanas y vida diplomática, 1860-1960.** Rosario: Prohistoria/Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2021.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis.** Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CALÓGERAS, João Pandiá**. A política exterior do Império.** Brasília: Funag, 2021, 3 v. [Originais: 1927, 1928, 1933].

CARR, Edward Hallett. **Que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: EdUnB, 2002, 4ª ed.

CORONATO, Daniel Rei. **Diplomatas & Estancieiros – A construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata.** Belo Horizonte: Convexa, 2020.

DEAN, Mitchell. **Critical and Effective Histories: Foucault's Methods and Historical Sociology.** Routledge, 1994.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **História Diplomática do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1998 [Original: 1959].

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2014.

FIORETOS, Orfeo. Historical institutionalism in international relations. **International Organization**, v. 65, n. 2, p. 367-399, 2011.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration.** Polity Press, 1984.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOBDEN, Stephen. **International Relations and Historical Sociology.** Routledge, 1998.

HOBSON, John M. **The State and International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. **Critical Security Studies: Concepts and Cases.** London: Routledge, 1997.

KUMAR, Sanjeev. **Decolonizing Grand Theories: Postcolonial Ontology, Historical Sociology and Mid-level Theories in International Relations.** Springer Nature, 2023.

LAWSON, George. The Eternal Divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 2, p. 203-226, 2010.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MCCOURT, David M. What's at Stake in the Historical Turn? Theory, Practice and Phronēsis in International Relations. **Millennium**, v. 41, n. 1, p. 23-42, 2012.

MESSIAS, Talita Alves de. **A diplomacia do patacão: guerra, dívida e poder na bacia do Rio da Prata.** São Paulo: Hucitec, 2024.

MILZA, Pierre. **Política Interna e Política Externa.** In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MIRANDA, José Augusto Ribas. **Os Bons Devedores: Brasil e Peru na formação do mercado global de capitais 1850-1880.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2023.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: EdUnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, v. 18, p. 147-174, 2010.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil.** Campinas: Versal, 2017.

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.

ROSENAU, James. **Domestic Sources of Foreign Policy**. Londres: Collier-Macmillan Limited, 1967.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; PASSETTI, Gabriel Passetti (Org.). **Nas teias da diplomacia: percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX.** Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2022.

SKOCPOL, Theda. **Social Revolutions in the Modern World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital, and European States, AD 990-1992.** Cambridge: Blackwell, 1992.

VIANA, Helio. **História das fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

VIANA, Helio. **História Diplomática do Brasil.** Rio de Janeiro: Bibliex/São Paulo: Melhoramentos, 1958.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International Theory: Positivism and Beyond.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 149–185, 1996.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais.** Lisboa: Gradiva, 2002.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Trad. Carlos Sérgio Duarte. Clássicos IPRI, Brasília, 2001.

Recebido em Março de 2025
Aprovado em Março de 2025